

**Luiz Alberto Blanchet**

# **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA E DESENVOLVIMENTO**

**O QUE O AGENTE PÚBLICO DEVE  
E O QUE NÃO PODE FAZER**

**3ª Edição – Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo I</b>	<b>NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>9</b>
1	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	9
2	OBJETIVO DESTE ESTUDO.....	10
3	DELIMITAÇÃO.....	11
4	O AGENTE.....	13
5	A VONTADE.....	13
6	GRANDES MOMENTOS DE DEFINIÇÃO DA VONTADE DO ESTADO.....	20
7	O PRINCÍPIO DA OBJETIVIDADE.....	21
8	O AGENTE – UM SER HUMANO COM OS VÍCIOS, MAS TAMBÉM COM AS QUALIDADES A ELE INERENTES.....	22
9	INTERESSE PÚBLICO.....	28
10	TÉCNICA JURÍDICA.....	31
11	CIÊNCIA DO DIREITO.....	33
12	O QUE O DIREITO EXIGE DO AGENTE PÚBLICO.....	36
13	RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA.....	37
14	CONTROLE DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA ...	38
15	NECESSIDADES COLETIVAS E SUAS SOLUÇÕES.....	39
<b>Capítulo II</b>	<b>DISCRICIONARIEDADE.....</b>	<b>43</b>
1	CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES.....	43
2	A FALSA DISCRICIONARIEDADE.....	44

3	A INSUFICIÊNCIA DA NORMA .....	45
4	DEVER E NÃO “PODER” DISCRICIONÁRIO .....	45
5	DISCRICIONARIEDADE E SUBJETIVIDADE .....	47
6	SUBJETIVIDADE DISCRICIONÁRIA .....	48
7	FATORES OBJETIVOS VINCULANTES E DISCRICIONARIEDADE .....	49
8	CONJUGAÇÃO DA NORMA E DO FATO.....	50
9	LEGALIDADE .....	52
10	JURIDICIDADE.....	53
11	OS TRÊS FATORES OBJETIVOS VINCULANTES DA ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO.....	54
12	RAZÕES JUSTIFICATIVAS DA DISCRICIONARIEDADE ...	55
13	TEORIAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA DISCRICIONARIEDADE .....	56
14	CONCLUSÕES SOBRE AS TEORIAS.....	60
15	CONDICIONAMENTOS DA DISCRICIONARIEDADE ...	62
	15.1 Aspectos Condicionantes Essenciais .....	64
	15.2 Aspectos Condicionantes Circunstanciais.....	67
16	ORIENTAÇÕES PRÁTICAS.....	69
<b>Capítulo III ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES PELO ESTADO.....</b>		<b>75</b>
1	OBRIGAÇÕES DO ESTADO E SEUS PRESSUPOSTOS PROCEDIMENTAIS.....	75
2	REQUISITOS DA LICITAÇÃO .....	77
3	POR QUE LICITAR? .....	79
4	METODOLOGIA A SER ADOTADA NO EXAME DO MOTIVO DA LICITAÇÃO.....	81
5	MOTIVO DA LICITAÇÃO E NECESSIDADE.....	82
6	MOTIVO INEXISTENTE E SOLUÇÃO INIDÔNEA.....	85
7	OUTROS CASOS “PATOLÓGICOS” .....	86

---

8	PRINCÍPIO DA PRIORIDADE .....	88
9	PARA QUE LICITAR?.....	89
10	O QUE OCORRE NA PRÁTICA.....	90
11	QUANDO E ONDE LICITAR?.....	91
12	O QUE LICITAR.....	93
13	VINCULAÇÕES EM CADEIA.....	95
14	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NÃO SÃO OS ÚNICOS CASOS DE NÃO OBRIGATORIEDADE DE LICITAR.....	97
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>99</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>		<b>101</b>